



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

20/09/2012

INDICE

1. JORNAL ATOS E FATOS	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. EXECUÇÃO PENAL.....	2
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. EXECUÇÃO PENAL.....	3
2.2. PROCESSO SELETIVO.....	4
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. DECISÕES.....	5 - 7
3.2. DESEMBARGADORES.....	8 - 10
3.3. JUIZADOS ESPECIAIS.....	11
3.4. JUÍZES.....	12
3.5. PROCESSO SELETIVO.....	13
3.6. PUBLICIDADE LEGAL.....	14 - 15
3.7. SEM ASSUNTO.....	16
4. JORNAL EXTRA	
4.1. CORREIÇÕES.....	17
4.2. VARA DA MULHER.....	18
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. EXECUÇÃO PENAL.....	19 - 20
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. DESEMBARGADORES.....	21
7. JORNAL O QUARTO PODER	
7.1. EXECUÇÃO PENAL.....	22 - 24
7.2. PROCESSO SELETIVO.....	25
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. COMARCAS.....	26 - 27
8.2. CORREIÇÕES.....	28
8.3. DECISÕES.....	29
8.4. EXECUÇÃO PENAL.....	30
8.5. PUBLICIDADE LEGAL.....	31 - 32
8.6. SEGURANÇA.....	33

PAÇO DO LUMIAR NO FOCO DO TJ

A prefeitura de Paço do Lumiar, conhecida como a Galinha dos Ovos de Ouro, por muitos advogados estará no centro de atenção do Tribunal de Justiça, na próxima terça-feira. Estará em pauta de julgamento mais uma ação de afastamento da prefeita Bia Venâncio. Como sempre, será mais um processo em que a dirigente municipal é acusada de improbidades na gestão pública. Há grande expectativa, uma vez que o julgamento é realizado a menos de duas semanas para as eleições. Uma mudança agora poderá mudar o rumo de algumas candidaturas.

SISTEMA PRISIONAL

Governo garante abertura de mais 358 vagas no Maranhão

A Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) colhe os frutos dos avanços no sistema. Com os investimentos feitos pelo Governo do Estado em prol da comunidade carcerária, o sistema prisional vem conseguindo humanizar as unidades do Maranhão.

A Penitenciária de Pedrinhas passa por reforma e após as obras finalizadas, a capacidade de vagas na unidade deverá aumentar significativamente. Ao todo serão 198 vagas, que permitirão não apenas mais espaços nas demais unidades, mas também melhorar a qualidade delas para os encarcerados.

No fim deste mês será inaugurado ainda o Centro de Custódia de Presos de Justiça de Imperatriz, que proporcionará a abertura de mais 160 vagas.

De acordo com o secretário Sérgio Tamer os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos visam dar continuidade à política de regionalização do sistema e atender as exigências da Lei de Execuções Penais (LEP). "Um espaço adequado para que os internos cumpram suas penas é fundamental. Queremos, por meio do cumprimento da LEP, huma-



Fachada do Complexo Penitenciário de Pedrinhas

nizar o sistema carcerário do Maranhão" explicou.

INAUGURAÇÕES - Em junho, com a inauguração das unidades prisionais nos municípios de Bacabal, Davinópolis e Santa Inês, além do Monte Castelo (em São Luís), foram abertas 426 novas vagas no sistema, contribuindo para desafogar o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A transferência dos internos para os municípios de ori-

gem, onde estes possam cumprir pena próximo aos familiares também faz parte da política de regionalização do sistema, colocados em prática com as inaugurações das novas unidades. Dados do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop/Sejap) revelam que foram transferidos 350 detentos de janeiro a julho deste ano. A Sejap pretende abrir até o final deste ano mais setecentas novas vagas.

O secretário Sérgio Tamer destaca ainda a capacitação dos servidores que dão suporte aos agentes penitenciários e o apoio do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e demais órgãos, que juntos vêm trabalhando para as melhorias do sistema. "Queremos chegar à meta estabelecida pelo Governo do Estado de regionalizar o sistema", concluiu o secretário.

INVESTIMENTOS

Governo abre mais 358 vagas no sistema prisional

A Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) colhe os frutos dos avanços no sistema. Com os investimentos feitos pelo Governo do Estado em prol da comunidade carcerária, o sistema prisional vem conseguindo humanizar as unidades do Maranhão.

A Penitenciária de Pedrinhas passa por reforma e após as obras finalizadas, a capacidade de vagas na unidade deverá aumentar significativamente. Ao todo serão 198 vagas, que permitirão não apenas mais espaços nas demais unidades, mas também melhorar a qualidade delas para os encarcerados.

No fim deste mês será inaugurado ainda o Centro de Custódia de Presos de Justiça de Imperatriz, que proporcionará a abertura de mais 160 vagas.

De acordo com o secretário Sérgio Tamer os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos visam dar continuidade à política de regionalização do sistema e atender as exigências da Lei de Execuções Penais (LEP). "Um espaço adequado para que os internos cumpram suas penas é fundamental. Queremos, por meio do cumprimento da LEP, humanizar o sistema carcerário do Maranhão" explicou.

Inaugurações - Em ju-

nho, com a inauguração das unidades prisionais nos municípios de Bacabal, Davinópolis e Santa Inês, além do Monte Castelo (em São Luís), foram abertas 426 novas vagas no sistema, contribuindo para desafogar o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A transferência dos internos para os municípios de origem, onde estes possam cumprir pena próximo aos familiares também faz parte da política de regionalização do sistema, colocados em prática com as inaugurações das novas unidades. Dados do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop/Sejap) revelam que foram transferidos 350 detentos de janeiro a julho deste ano. A Sejap pretende abrir até o final deste ano mais setecentas novas vagas.

O secretário Sérgio Tamer destaca ainda a capacitação dos servidores que dão suporte aos agentes penitenciários e o apoio do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e demais órgãos, que juntos vêm trabalhando para as melhorias do sistema. "Queremos chegar à meta estabelecida pelo Governo do Estado de regionalizar o sistema", concluiu o secretário.

OPORTUNIDADE

TJ lança editais para vagas de juízes



O Tribunal de Justiça do Maranhão lançou quatro editais de inscrição destinados a magistrados de entrância intermediária para promoção a cargos vagos de juiz auxiliar na comarca de São Luís. O prazo para inscrição é de cinco dias, contados a partir de quarta-feira (19), de acordo com norma do Regimento Interno do TJMA.

Como a data final coincidirá com um domingo, os magistrados terão até às 18h de segunda-feira (24) para manifestar interesse por meio do sistema Digidoc, cadastrando-se pela opção "requisição" (assunto: promoção de magistrado). Os editais foram disponibilizados na versão eletrônica do Diário de Justiça na segunda-feira (17) e publicados na terça (18).

Vagas- Dois dos cargos de

entrância final são para promoção pelo critério de merecimento: um em razão da titularização da juíza Maria Eunice do Nascimento no 2º Juizado Especial Criminal de São Luís; outro pelo fato de o juiz José Afonso Bezerra de Lima ter sido titularizado na 9ª Vara Criminal da capital.

As vagas para promoção por antiguidade são em decorrência da titularização da juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro, na 1ª Vara do Tribunal do Júri, e do juiz José Nilo Ribeiro Filho, no 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís.

Os editais de números 51, 52, 53 e 54/2012 foram assinados pela vice-presidente do TJMA, desembargadora Maria dos Remédios Buna, no exercício do cargo de presidente.

Prefeita

O desembargador José Luiz Almeida prometeu apresentar na próxima terça-feira (25), durante sessão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), seu voto sobre o processo no qual a prefeita de Paço do Lumiar, Glorismar Rosa, a Bia Venâncio, é acusada de publicar, no Diário Oficial do Estado projetos de lei sem apreciação e aprovação da Câmara dos Vereadores, conforme denúncia do Ministério Público.

Cemar corta fornecimento de energia para Prefeitura e Semed

Por falta do pagamento, a Companhia Energética do Maranhão suspendeu o fornecimento de eletricidade, que deveria ser restabelecido ainda ontem, segundo o órgão; em 2011, a Cemar realizou o mesmo procedimento devido a dívida da Prefeitura

Leandro Santos
Da equipe de **O Estado**

O Palácio de La Ravardière, sede da Prefeitura de São Luís, localizado na Praça Pedro II, e o prédio onde funciona a Secretaria Municipal de Educação (Semed), na Rua 7 de Setembro, no Centro, tiveram o fornecimento de energia elétrica cortado na manhã de ontem por falta de pagamento. A Assessoria de Comunicação da Companhia Energética do Maranhão (Cemar) informou que a Prefeitura tinha um débito em aberto com a empresa e, por essa razão, houve o corte no fornecimento da energia. Informou ainda que até o fim tarde de ontem o fornecimento de energia elétrica seria restabelecido.

Um levantamento feito por **O Estado** aponta, com o corte de ontem, quatro interrupções no fornecimento de energia elétrica para órgãos administrativos da Prefeitura, todas por falta de pagamento. Por meio de nota enviada na tarde de ontem, a assessoria da Cemar disse que, por diversas vezes, o órgão tentou negociar o pagamento da dívida que motivou o corte ocorrido ontem. No entanto, como não obteve sucesso, a companhia decidiu cortar o fornecimento da eletricidade. O órgão informou ainda que, por causa da Legislação nº 414/2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), não pode revelar o valor do débito e nem o tempo que ele perdurava.

A interrupção no fornecimento da energia aconteceu às 10h. Por

causa do corte, o expediente na sede da Prefeitura e na Semed foram prejudicados, ocasionado transtornos para os funcionários e para aqueles que foram em busca de algum tipo de atendimento.

A diretora de uma escola, que preferiu não ter o nome revelado, foi uma das prejudicadas. Ela foi até a Semed na tarde de ontem obter informações do motivo pelo qual sua escola não está recebendo a merenda escolar. No entanto, ao chegar à secretaria, teve uma surpresa com o corte de energia elétrica. "Nós estamos desde janeiro sem receber a merenda escola e vim até aqui obter informações sobre isso. Não tenho nada contra o prefeito, mas sim contra a administração dele", disse.

Histórico - A falta de pagamento é causa dos recorrentes cortes no fornecimento de energia elétrica em diversos prédios administrativos da Prefeitura de São Luís. No dia 24 julho, a Cemar interrompeu o fornecimento de energia do prédio onde funciona a Semed pelo mesmo motivo. Na ocasião, a interrupção ocorreu das 8h30 às 15h30. Serviços como a protocolização de documentos no setor de Recursos Humanos, entre outros, não puderam ser feitos. As pessoas que foram em busca de atendimento ou informação não puderam ser atendidas por causa do problema.

No dia 29 de maio, a Cemar novamente interrompeu o fornecimento de eletricidade de órgãos administrativos da Prefeitura. Nesse dia, a Secretaria Municipal da Fazenda (Sefaz), locali-

Mais

A dívida de prefeituras maranhenses com a Cemar foi o tema de uma reunião realizada em março deste ano entre o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Guerreiro Júnior; o diretor-presidente da Equatorial Energia S/A, Firmino Sampaio, e representantes da Cemar. Durante o encontro, foram apresentados demonstrativos de débitos de alguns municípios com a Cemar, cujos valores ultrapassam R\$ 6 milhões.

zada na Avenida Kennedy, no Bairro de Fátima, e a Secretaria Municipal de Governo (Semgov), localizada no Centro, tiveram o fornecimento de energia suspenso por algumas horas.

No dia 19 dezembro do ano passado, a Semfaz teve novamente o fornecimento de eletricidade interrompido. O atendimento no local foi suspenso, e as pessoas que foram em busca de informações, principalmente com relação ao Imposto Predial Territorial e Urbano (IPTU), não puderam ser atendidas. Nesse mesmo dia, unidades administrativas da Semed e da Secretaria Municipal da Saúde (Semus) também tiveram o fornecimento de energia suspenso.

Na ocasião, o executivo de Relacionamento com a Imprensa da Cemar, Luiz Carlos Cardoso, afirmou que Prefeitura, mesmo se tratando de um órgão público, deve se adequar às normas.



Palácio de La Ravardière, sede da Prefeitura de São Luís, teve o fornecimento de eletricidade cortado

O escritor José Jorge Leite Soares toma posse no IHGM

Solenidade será hoje no Palácio Cristo Rei. **P. 5**



IHGM em noite de solenidade

José Jorge Leite Soares assume hoje, às 18h, cadeira nº 34 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão; solenidade será no Palácio Cristo Rei

O engenheiro e escritor José Jorge Leite Soares assume hoje, às 18h, a cadeira nº 34 do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) em solenidade realizada no Palácio Cristo Rei (Praça Gonçalves Dias). O professor e pesquisador Sofiane Labidi também será empossado na mesma solenidade.

Eleito este ano para ocupar uma das cadeiras do IHGM, José Jorge Leite Soares se diz honrado em fazer parte do instituto, que reúne profissionais das mais diversas áreas do conhecimento. "Tenho preocupação com os valores e resgate da cultura do Maranhão, em honrar a cadeira. Sou engenheiro, uma área de conhecimento que não tem muitos representantes no IHGM", diz José Jorge Leite Soares, que teve seu nome apresentado à instituição pelo pesquisador e professor Antonio Noberto.

José Jorge Leite Soares assume a cadeira cujo patrono é Wilson da Silva Soares. "Fiquei muito feliz por ele ser pinheirense, como eu e, mais ainda, um parente", frisa o escritor. Como membro do IHGM, José Jorge Soares pretende, como uma de suas ações, resgatar um estudo feito por Wilson da Silva Soares sobre o Porto do Itaqui no início do século passado. "Temos registros sobre estes estudos e minha intenção é

resgatá-lo, pois trata-se de uma importante contribuição para a história não só do porto, mas da cidade", ressalta.

José Jorge Leite Soares nasceu em março de 1950. É engenheiro mecânico formado pela Universidade de Brasília e tem especialização no campo de conservação de energia, atuando como consultor do Instituto Brasileiro do Petróleo, do Conselho Nacional do Petróleo, do Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa e do Centro de Assistência Gerencial do Estado do Rio de Janeiro. Foi professor nas Universidades Estadual do Maranhão, Federal de Pernambuco, entre outras.

Atuou como deputado estadual e secretário de estado do Governo do Maranhão. É diretor de Planejamento e Relações Institucionais da Cemar desde 2005, cônsul honorário da França em São Luís desde 2004 e Membro da Academia Pinheirense de Letras Artes e Ciências.

Tem publicados os livros *Lugar das Águas* (Pinheiro 1956/2006), *Coisas de Antanho* (Coletânea de artigos de Josias de Abreu publicados no Jornal Cidade de Pinheiro, 2006), *Quadros da Vida Pinheirense* (Coletânea de artigos de Jerônimo de Viveiros publicados no Jornal Cidade de Pinheiro, 2006) e *Curacanga* (Crônicas publicados em *O Estado*, 2012). É arti-

culista de *O Estado* (caderno Opinião, aos domingos).

Patrono - Wilson da Silva Soares nasceu em 20 de março de 1898 em Pinheiro. Seus estudos foram iniciados em sua terra natal e mais tarde em São Bento, transferindo-se para São Luís em decorrência do falecimento de seu pai. Amante das letras, leitor contumaz, iniciou seus estudos superiores na Faculdade de Direito, porém sua vocação pelo jornalismo o levou a abandonar a carreira jurídica.

Fez-se jornalista dos mais notáveis e brilhantes da sua época. Dirigiu o *Diário de São Luís*, período no qual desenvolveu uma rica produção de artigos publicados em diferentes revistas científicas e culturais. Foi um colecionador cuidadoso de obras literárias e chegou a organizar em sua casa, em três grandes salões na Rua dos Afogados, a maior e mais importante biblioteca do estado, não somente pela quantidade de obras, que atingiu a casa dos 40 mil volumes, mas, principalmente, pelo alto valor literário da grande maioria delas, alguns raros.

Após ter criado a Sociedade Maranhense de Estudos, foi um dos idealizadores da Academia Maranhense de Letras e um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Ma-

“

Wilson da Silva Soares foi certamente um dos pinheirenses que honraram a terra onde nasceu, por seu talento, sua cultura e sua capacidade admirável de trabalho que sempre empregou por onde passou com o brilho de sua inteligência e com o elevado espírito público que sempre carregou consigo"

José Jorge Leite Soares,
engenheiro e escritor



José Jorge Leite Soares será empossado hoje no IHGM

ranhão, quando em 1925 foi escolhido Patrono da cadeira nº 34. Ocupou ainda a direção da imprensa oficial do Estado do Maranhão, do Arquivo Público do Estado e do departamento Estadual de Estatística.

Foi também desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ), ocupou os cargos de corregedor-geral do Estado e de presidente do TJ. Em 1942, foi nomeado Interventor Federal no Estado do Maranhão, chegou a ocupar uma cadeira na Câmara Federal e foi eleito prefeito de Pinheiro para o período de 1960 a 1964.

Serviço

• O quê

Posse de José Jorge Leite Soares e Sofiane Labidi no IHGM

• Quando

Hoje, às 18h

• Onde

Palácio Cristo Rei (Praça Gonçalves Dias, Centro)

Wilson da Silva Soares faleceu no Rio de Janeiro em 9 de dezembro de 1949. "Wilson da Silva Soares foi certamente um dos pinheirenses que honraram a terra onde nasceu, por seu talento, sua cultura e sua capacidade admirável de trabalho que

sempre empregou por onde passou com o brilho de sua inteligência e com o elevado espírito público que sempre carregou consigo", exalta José Jorge Soares.

Para compreender os Juizados Cíveis (I)

AURELIANO NETO

Os Juizados Especiais Cíveis significam a efetiva possibilidade de garantir ao cidadão a porta aberta de acesso à Justiça. A Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, que substituiu a Lei nº 7.244, de 7 de novembro de 1984, revogando-a, estabeleceu esse franqueamento ao povo brasileiro, por força do disposto no inciso I do artigo 98 da Constituição Federal, que outorgou competência aos entes públicos a que se refere para criar "juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade (...), mediante os procedimentos oral e sumaríssimo, permitidos nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau". Trata-se, na essência, de uma justiça de parte, a exigir o comparecimento pessoal dos demandantes à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, para a tentativa de, inicialmente, compor de forma consensual a disputa. Não comparecendo, as consequências são as seguintes: se o autor da reclamação não se faz presente, extingue-se o processo (artigo 51, I), sendo condenado nas custas, caso não comprove motivo de força maior (§ 2º da mesma norma); se não comparece a parte requerida, será decretada a revelia (artigo 20), com o exame imediato dos seus efeitos.

O rito nos Juizados Especiais Cíveis é sumaríssimo, seguindo os critérios elencados no artigo 2º da Lei do JEC: oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Tanto que, concluída a instrução, não haverá debates, e a sentença será proferida sem maiores delongas. O recurso do inconformismo contra a decisão é só um (a exceção do extraordinário - Súmula 640 do STF), equivocadamente denominado de inominado. Na verdade, terminologicamente apenas recurso. Se não tem nome, não é inominado. O declaratório não bem um recurso, a não ser quando tem natureza infringente.

Duas fases comportam o rito: uma pré-processual, sem a participação do juiz ou juíza, que, vencida e uma vez não alcançada a composição amigável, segue-se para a fase propriamente processual, na qual a parte requerida apresentará defesa (contestação), contendo todas as questões que entender necessárias (exceções, impugnação do valor dado à causa etc.). Todos os incidentes suscitados serão resolvidos na audiência (artigo 29), assim como todas as provas serão produzidas (aplicação do princípio da eventualidade, consistente na concentração dos atos processuais - artigo 33). O procedimento não comporta prova pericial mais complexa, a não ser mera inspeção (§ único do artigo 35). A sentença, a ser proferida, não exige o relatório e deve ser a mais simples possível, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos, parte

dispositivo e nada mais.

Todos os atos praticados devem ser caracterizados pela simplicidade. Nada de pedido inicial longo, repleto de citações, ou de contestações padecendo desse mesmo vício, porquanto contrariam os critérios do artigo 2º da Lei nº 9.099/95. Do mesmo modo, as peças recursais. Partes e advogados, bem como magistrados, devem ter essa consciência. O ideal é que, como leciona a juíza Maria do Carmo Honório, da 1ª Vara de Juizado Especial Cível de Campinas-SP e presidenta da 3ª Turma do Colégio Recursal da 8ª Circunscrição do Estado de São Paulo, "com um simples passar de olhos nas petições, o juiz entenda qual é a pretensão do autor e a resistência do réu. Facilitada a compreensão, o trabalho flui mais rapidamente". E acentua essa eminente magistrada: "A petição inicial e a contestação longas, incrementadas com transcrição de textos doutrinários e comentários óbvios e desnecessários, impedem ou dificultam o julgamento no ato, pois, nesse caso, o fácil torna-se difícil, graças ao inútil". Os Juizados Cíveis foram criados com o escopo de reduzir, ou mesmo eliminar, a litigiosidade contida, não podendo ser usado para finalidade diversa, que é expandir essa litigiosidade, que é o que, em contrassenso com o sistema, vem ocorrendo. A sua finalidade é, essencialmente, a conciliação, tanto que exige o comparecimento pessoal das partes aos atos processuais (sessão conciliatória e audiência de instrução), para tentativa de solução consensual do litígio.

Por outra, a designação de audiência uma frustra o escopo da natureza não adversarial da Lei nº 9.099/95, retirando-lhe a sua essencialidade que é a busca da conciliação entre as partes, em que pese haver justificativa dos que a sustentam em contrário.

A par de tudo isso, para melhor compreensão, acentue-se que se trata de uma justiça de equidade. Repita-se: essencialmente de equidade, diferentemente da contemplada pelo CPC, assim permitindo ao juiz ou à juíza (artigo 6º), no exame de cada caso, a decisão que entender mais justa e equânime, "atendendo aos fins sociais da lei e às exigências do bem comum". A decisão, pois, é casuística, não ficando o julgador jungido a um padrão de conduta decisória, isto é, a um critério estrito de legalidade. Exemplificando: numa relação de consumo, diante de um consumidor endividado, pode e deve o julgador, no exame do caso posto, sentenciar, em razão da onerosidade excessiva, e deferir o parcelamento da dívida, independentemente de ter regras positivadas. O comando normativo do artigo 6º dá ao sentenciante uma cláusula aberta para dizer o direito e fazer justiça. Essa é a outra faceta dos Juizados Especiais Cíveis, que, se não compreendida, é melhor que suas portas se fechem. Para compreender, é necessário não só viver a experiência de Juizados, mas compreendê-los. Volto ao tema.

Membro da Academia Imperatrizense de Letras e juiz
de Direito em São Luís - MA

FCI segue com o Projeto Nossa Arte nas Escolas

Fundação Cultural de Imperatriz trabalha em parceria com Vara da Infância e da Juventude e Comissariado de Menores

IMPERATRIZ - A Fundação Cultural de Imperatriz (FCI) voltou, sexta-feira (14), a executar o projeto Nossa Arte nas Escolas, que esteve suspenso provisoriamente na Semana da Pátria, uma vez que os diretores, supervisores e professores estavam empenhados na realização dos desfiles escolares.

O projeto, coordenado pelo poeta Zeca Tocantins, um dos coordenadores da FCI, tem como principais parceiros a Vara da Infância e da Juventude e o Comissariado de Menores, sob a liderança do juiz Delvan Tavares. Ele acompanha os comissários com suas palestras nas escolas.

Nossa Arte nas Escolas tomou-se um projeto respeitado por todos os escritores que dele participam, caso de Livaldo Fregona, Francisco Itaerço Bezerra e Gilmar Pereira, todos membros da Academia Imperatrizense de Letras (AIl). Eles fazem parte da comitiva de artistas e escritores que integram o projeto.

Livaldo Fregona disse que se sente gratificado em ver crianças, adolescentes e estudantes de escolas públicas declamarem, cantarem e expressarem conhecimento por meio da arte.

"Também fico orgulhoso em poder compartilhar com eles as minhas obras, pois sinto que eles têm interesse em conhecer o que produzimos de literatura em Imperatriz", ressaltou o escritor.

Um artista que abraçou com a alma o projeto é o músico, cantor e compositor Neném Bragança, conhecido por sua voz e por ter se tornado um dos maiores vencedores de festivais desse país.



Além da Vara da Infância e Comissariado, outro parceiro é a Academia Imperatrizense de Letras, por intermédio de seus membros"

Antônio Lucena Filho,
Presidente da Fundação
Cultural de Imperatriz

Ao lado do parceiro Zeca Tocantins, Neném canta e incentiva os jovens estudantes a se interessarem e enveredarem pelo caminho da música.

Paralelo a esse trabalho, o juiz Delvan Tavares, com os comissários de menores, dá aulas de cidadania. Eles orientam os estudantes a trilharem o caminho da educação, da cultura, do esporte, com o objetivo de se afastarem do caminho das drogas, da prostituição e da violência de uma forma em geral.

Para o presidente da Fundação Cultural, Antônio Lucena Filho, de todos os projetos desenvolvidos pela FCI, o *Nossa Arte nas Escolas* é que o tem maior alcance social.

Magistrados

O Tribunal de Justiça do Maranhão lançou quatro editais de inscrição destinados a magistrados de entrância intermediária para promoção a cargos vagos de juiz auxiliar na comarca de São Luís. O prazo para inscrição é de cinco dias, contados desde ontem, de acordo com norma do Regimento Interno do TJMA. Os magistrados terão até as 18h de segunda-feira (24) para manifestar interesse por meio do sistema Digidoc.



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2012
Processo n.º. 27.232/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º. 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para aquisição de painéis informativos, placas de sinalização e separadores/organizadores de fila, no dia 03/10/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília),** através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 19 de setembro de 2012.
Kátia Araujo Gonçalves
Pregoeira TJ/MA



ESTADO DO MARANHÃO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2012
Processo n.º. 14802/2012

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução nº. 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, o **ADIAMENTO** da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE, para Aquisição de materiais gráficos (capas de processos e blocos de minuta) para o Poder Judiciário do Estado do Maranhão**, marcada para o dia 20/09/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília).

Assim, a nova data para a abertura da sessão pública será no dia **28/09/2012, às 10:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site www.comprasnet.gov.br, sendo presidida por Pregoeiro Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua Viveiros de Castro, 257, Alemanha, CEP 65.036-710, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço www.comprasnet.gov.br.

São Luís, 18 de setembro de 2012.

Kátia Araujo Gonçalves
Pregoeira TJ/MA



Hoje é dia de...

Joaquim Itapary

O sumiço do monumento do centenário

Em 2008, nesta coluna, escrevi sobre o sumiço de pequena imagem de São Luís, de palmo e meio de altura, que existiu em um nicho situado sobre o arco da janela do sino da Sé que dá para Oeste. O sumiço do santo teria ocorrido durante obras da última grande reforma daquele templo. Isso me veio à memória no instante em que entramos a lavar os pratos usados nos festejos dos 400 anos de São Luís. Logo em seguida àquela crônica recebi carta do meu estimado amigo e compadre Carlos de Lima, do seguinte teor, absolutamente fidedigno ao estilo daquele imortal cronista e historiador e que tenho a honra de transcrever, palavra por palavra: "Prezado Quincas, Parabéns pela crônica de quinta-feira. Ora, compadre, você se espanta com o sumiço da imagem de São Luís, de 30 cm? Pois, há pouco tempo, da noite para o dia, sumiram com todo um obelisco de 30 metros de altura! comemorativo dos 350 anos de fundação da cidade, e em plena Praça Pedro II! Apesar de volume tão grande e pesado, obra do nosso saudoso amigo engenheiro Dr. Braga Diniz, o monumento, que teve inauguração solene e oficial, evaporou-se num passe de mágica e o seu destino ninguém sabe, ninguém viu. Exemplo clássico de cousa impossível era, antigamente, um boi voar. Pois o obelisco da praça ..." voou"! Nem os patrimônios municipal, estadual e federal dão conta dele!

Ouvi dizer que o motivo do sumiço foi a sua pouca idade: 45 anos! Graças a Deus que já passamos disso, senão... mas correm risco os prédios do Tribunal de Justiça, da Associação Comercial, do Banco do Brasil. Concordamos que nem deveriam existir: mas existem! Depois, como pode nascer algo já com anciandade de cem anos? Nossas autoridades têm mania de reformar, modernizar e "enriquecer" tudo que vêem. Eis o caso da Igreja do Desterro, a mais antiga (embora não a primitiva), humildezinha em sua original pobreza e, de repente, enriquecida com dourados e galões, o

que levou meu saudosíssimo amigo Augusto Aranha a inquirir-me: - "Já viu a na Igreja do Desterro? Não? Vá ver, está bonita, toda dourada... até São Benedito foi contemplado, ganhou na loteria, tem até cordão de ouro!"

Quando da demolição do belo palacete de azulejos da família Martins, defronte da Escola de Farmácia e Odontologia, um cronista parabenizava a cidade "por ter sido enriquecida" com a construção de um mercado mixuruca em substituição ao vetusto solar! Onde estão, em que mundo, em que estrela se escondem os chafarizes de ferro - obras de arte - das praças Silva Maia e da Alegria? Olhe que eram estruturas muito grandes e pesadas... e também "voaram"! Você acredita? São mistérios desta nossa cidade produzidos por técnicos, urbanistas e doutores, cuja alta ciência nem de longe suspeita a nossa vã filosofia.

Mas, deixemos a cada dia a sua preocupação, recomendam-nos as Escrituras, pois tais conjecturas só nos causam indignação sem proveito diante do fato consumado. Meu compadre Mohana, citado em sua crônica, aconselhava-me, diante do meu desconsolo a cada casarão derruído no inverno: - "Olhe pra outro lado, compadre, pois estas cousas só nos fazem mal, tanto à alma quanto ao fígado, estragam a nossa saúde. Tinha razão. Chego à conclusão de que nós, eu e você (e mais uns trouxas), somos uns bobos, ingênuos como verdadeiras crianças, com a pretensão de consertar o mundo. (sic) Abraços, Carlos Orlando de Lima." S.Luís, 20.08.2008.

Diante de tudo isso, reflitamos: Um obelisco de 30 metros, marco comemorativo dos 350 anos de São Luís, simplesmente sumiu! Para os 400 anos da cidade o monumento tomou forma de custosa e grande avenida: a Avenida do IV Centenário que, mantida a tradição haverá de sumir do mapa em 2062, quando da comemoração do 450º aniversário da cidade dos sumiços. Então, quem viver, verá!

jitapary@uol.com.br

Isso me veio à memória no instante em que entramos a lavar os pratos usados nos festejos dos 400 anos de São Luís

Corregedor visita comarcas de Parnarama, Matões e Timon

Nesta quinta (20) e sexta-feiras (21), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, visitará as comarcas de Parnarama, Matões e Timon. Ele fará inspeção nas duas primeiras e se reunirá com juízes em Timon.

Durante a visita, o corregedor Cleones Cunha conhecerá as instalações físicas da Justiça nestes locais e conversará com os juízes sobre as atividades das unidades judiciais, com base em dados de relatórios. Os juízes podem expor os problemas, soluções e sugestões acerca das atividades e instalações físicas da

Justiça na sua comarca.

O juiz titular da comarca de Parnarama é Manoel Felismino Gomes Neto. Em Matões, a conversa será com o juiz José Elismar Marques, que está respondendo pela comarca. Na comarca de Timon, a conversa será com os juízes das sete Varas e do Juizado Especial.

Visitar todas as comarcas do Poder Judiciário maranhense é um compromisso da gestão do desembargador Cleones Carvalho Cunha na Corregedoria Geral da Justiça, que teve início em dezembro de 2011 e vai até dezembro de 2013.

Câmara de Violência Contra as Mulheres realiza terceira reunião

A Câmara Técnica Estadual de Gestão e Monitoramento das Ações do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres reunirá ordinariamente pela terceira vez, em 2012, nesta quinta-feira (20). A reunião acontecerá na Secretaria de Estado da Mulher (Semu), instituição coordenadora da Câmara, no Maranhão.

Na pauta o acompanhamento das questões discutidas nas reuniões anteriores e das 15 metas do Pacto; o Projeto de elaboração do PIB 2012-2015; a Comissão Apoio a Pesquisa de Gênero; a Campanha “Nenhuma Maranhense sem Documento”; a Campanha “16 Dias de Ativismo”; Resolução sobre Municípios-pólo; Dados do canal de escuta Ligue 180 e Mapas Imesc; e, Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga a violência contra as mulheres. Na segunda reunião ordinária de 2012, realizada em junho passado, a Câmara Técnica discutiu e aprovou o Regimento Interno do organismo, que tem como finalidade principal assegurar a efetiva operacionalização das ações definidas no Pacto Nacional, no âmbito do Estado do Maranhão. Ainda em junho a governadora Roseana Sarney assinou o Decreto de criação da Câmara Técnica

Estadual para o período 2012 / 2015. Após essa segunda reunião integrantes da Câmara Técnica foram recebidas pelo presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem) Antônio da Cruz Filgueira Júnior, o Junior Marreca, para tratar da repactuação com os municípios e redefinição de municípios-pólo.

CÂMARA TÉCNICA - A Câmara Técnica Estadual constitui o espaço de planejamento e execução das ações, dos avanços e dos desafios para a implementação do Pacto Nacional no âmbito estadual e de avaliação política do processo.

Coordenada pela Semu, a Câmara Técnica Estadual é constituída por representantes das Secretarias de Estado envolvidas na execução da política de enfrentamento à violência contra as mulheres. Compõem, ainda, a Câmara Técnica, na condição de Membros Titulares, a Capitania dos Portos do Maranhão, a Defensoria Pública do Estado do Maranhão, o Ministério Público Estadual, a Superintendência da Polícia Federal, a Superintendência da Polícia Rodoviária Federal, o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, a Universidade Estadual do Maranhão (Uema) e a Universidade Federal do Maranhão (Ufma).

GOVERNO GARANTE ABERTURA DE MAIS 358 VAGAS NO SISTEMA PRISIONAL

O sistema vem conseguindo humanizar as unidades do Maranhão

A Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) colhe os frutos dos avanços no sistema. Com os investimentos feitos pelo Governo do Estado em prol da comunidade carcerária, o sistema prisional vem conseguindo humanizar as unidades do Maranhão. (Página 11)



**Após as obras, a capacidade de vagas na unidade
deverá aumentar significativamente**

Governo garante abertura de mais 358 vagas no sistema prisional

O sistema vem conseguindo humanizar as unidades do Maranhão

A Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) colhe os frutos dos avanços no sistema. Com os investimentos feitos pelo Governo do Estado em prol da comunidade carcerária, o sistema prisional vem conseguindo humanizar as unidades do Maranhão.

A Penitenciária de Pedrinhas passa por reforma e após as obras finalizadas, a capacidade de vagas na unidade deverá aumentar significativamente. Ao todo serão 198 vagas, que permitirão não apenas mais espaços nas demais unidades, mas também melhorar a qualidade delas para os encarcerados.

No fim deste mês será inaugurado ainda o Centro de Custódia de Presos de Justiça de Imperatriz, que proporcionará a abertura de mais 160 vagas.

De acordo com o secretário Sérgio Tamer os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos visam dar continuidade à política de regionalização do sistema e atender as exigências da Lei de Execuções Penais (LEP). "Um espaço adequado para que os internos cumpram suas penas é fundamental. Queremos, por meio do cumprimento da LEP, humanizar o sistema carcerário do Maranhão" explicou.

Inaugurações - Em junho,



Após as obras, a capacidade de vagas na unidade deverá aumentar significativamente

com a inauguração das unidades prisionais nos municípios de Bacabal, Davinópolis e Santa Inês, além do Monte Castelo (em São Luís), foram abertas 426 novas vagas no sistema, contribuindo para desafogar o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A transferência dos internos para os municípios de origem, onde estes possam cumprir pena próximo aos familiares também

faz parte da política de regionalização do sistema, colocados em prática com as inaugurações das novas unidades. Dados do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop/Sejap) revelam que foram transferidos 350 detentos de janeiro a julho deste ano. A Sejap pretende abrir até o final deste ano mais setecentas novas vagas.

O secretário Sérgio Tamer

destaca ainda a capacitação dos servidores que dão suporte aos agentes penitenciários e o apoio do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e demais órgãos, que juntos vêm trabalhando para as melhorias do sistema. "Queremos chegar à meta estabelecida pelo Governo do Estado de regionalizar o sistema", concluiu o secretário.

Desembargador

Ao que tudo indica, a lista sêxtupla da OAB - MA com suas sugestões ao Tribunal de Justiça para o cargo de desembargador pelo quinto constitucional não ficará pronta neste ano. Com o indeferimento de Samir Murad (cunhado da governadora) e Walney de Abreu Oliveira, os dois recorreram ao conselho estadual e quem perder recorrerá ao federal, onde quem perder também vai para a Justiça, ou seja, tão cedo este galo não cozinha.

Governo garante abertura de mais 358 vagas no sistema prisional do MA

Página 6

Maranhão

Governo garante mais 358 vagas no sistema prisional

J Roberto e Clayton Montelles

A Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) colhe os frutos dos avanços no sistema. Com os investimentos feitos pelo Governo do Estado em prol da comunidade carcerária, o sistema prisional vem conseguindo humanizar as unidades do Maranhão.

A Penitenciária de Pedrinhas passa por reforma e após as obras finalizadas, a capacidade de vagas na unidade deverá aumentar significativamente. Ao todo serão 198 vagas, que permitirão não apenas mais espaços nas demais unidades, mas também melhorar a qualidade delas para os encarcerados.

No fim deste mês será inaugurado ainda o Centro de Custódia de Presos de Justiça de Imperatriz, que proporcionará a abertura de mais 160 vagas.

De acordo com o secretário Sérgio Tamer os traba-



Fachada do Complexo Penitenciário de Pedrinhas

lhos que vêm sendo desenvolvidos visam dar continuidade à política de regionalização do sistema e atender as exigências da Lei de Execuções Penais (LEP). "Um espaço adequado para que os internos cumpram suas penas é fundamental. Queremos, por meio do cumprimento da LEP, humanizar o sistema carcerário do Maranhão" explicou.

Inaugurações - Em junho, com a inauguração das unidades prisionais nos municípios de Bacabal, Davinópolis e Santa Inês, além do Monte Castelo (em São Luís), foram abertas 426 novas vagas no sistema, contribuindo para desafogar o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A transferência dos internos para os municípios de origem, onde estes possam

cumprir pena próximo aos familiares também faz parte da política de regionalização do sistema, colocados em prática com as inaugurações das novas unidades. Dados do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop/Sejap) revelam que foram transferidos 350 detentos de janeiro a julho deste ano. A Sejap pretende abrir até o final deste ano mais setecentas novas vagas.

O secretário Sérgio Tamer destaca ainda a capacitação dos servidores que dão suporte aos agentes penitenciários e o apoio do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e demais órgãos, que juntos vêm trabalhando para as melhorias do sistema. "Queremos chegar à meta estabelecida pelo Governo do Estado de regionalizar o sistema", concluiu o secretário.

Maranhão

Aprovado projeto que cria unidade de monitoramento carcerário

As ações da Justiça estadual na área da execução penal serão ampliadas com a aprovação, nesta quarta-feira (19), pelo Tribunal de Justiça, do projeto de lei que cria a Unidade de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário. O projeto agora será encaminhado à Assembleia Legislativa do Estado para apreciação naquele parlamento.

O projeto cria 22 cargos na estrutura de pessoal do Poder Judiciário, sendo 4 em comissão, 15 efetivos e 3 funções gratificadas. Para atingir seus objetivos, a unidade de monitoramento deverá

estabelecer parcerias visando à cooperação e intercâmbio com órgãos e entidades públicas ou privadas – local ou nacional – com a finalidade de aperfeiçoar a execução penal no Estado, propondo ao Tribunal a realização de contratos e convênios com pessoas físicas ou jurídicas.

Segundo o coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA, desembargador Froz Sobrinho, a estrutura a ser criada “dará apoio logístico às varas de execução e irá trabalhar com outros órgãos da execução penal do Poder Executivo, visando à adoção de políticas públicas na área de atuação da unidade”.

Em São Luís

Judiciário abre inscrição para quatro vagas de juiz

O Tribunal de Justiça do Maranhão lançou quatro editais de inscrição destinados a magistrados de entrância intermediária para promoção a cargos vagos de juiz auxiliar na comarca de São Luís. O prazo para inscrição é de cinco dias, contados a partir desta quarta-feira (19), de acordo com norma do Regimento Interno do TJMA.

Como a data final coincidirá com um domingo, os magistrados terão até às 18h de segunda-feira (24) para manifestar interesse por meio do sistema Digidoc, cadastrando-se pela opção "requisição" (assunto: promoção de magistrado).

Os editais foram disponibilizados na versão eletrônica do Diário de Justiça na segunda-feira (17) e publicados na terça (18).

Dois dos cargos de

entrância final são para promoção pelo critério de merecimento: um em razão da titularização da juíza Maria Eunice do Nascimento no 2º Juizado Especial Criminal de São Luís; outro pelo fato de o juiz José Afonso Bezerra de Lima ter sido titularizado na 9ª Vara Criminal da capital.

As vagas para promoção por antiguidade são em decorrência da titularização da juíza Ariane Mendes Castro Pinheiro, na 1ª Vara do Tribunal do Júri, e do juiz José Nilo Ribeiro Filho, no 3º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo de São Luís.

Os editais de números 51, 52, 53 e 54/2012 foram assinados pela vice-presidente do TJMA, desembargadora Maria dos Remédios Buna, no exercício do cargo de presidente.

❖❖ A Justiça de Açailândia promoveu, durante a semana de 10 a 14 de setembro, a doação de móveis e equipamentos usados da comarca para entidades públicas do município.

❖❖ À frente da iniciativa, o diretor do fórum e titular da 1ª Vara da comarca de Açailândia, juiz Angelo Antônio Alencar dos Santos. Mesas, cadeiras, ar-condicionado, fogão e outros itens foram repassados aos beneficiados.



A Justiça de Açailândia promoveu a doação de móveis e equipamentos usados da comarca para entidades públicas do município. Mesas, cadeiras, ar-condicionado, fogão e outros itens foram repassados aos beneficiados

❖❖ Nesta quinta (20) e sexta-feira (21), o corregedor-geral da Justiça, desembargador Cleones Carvalho Cunha, visitará as comarcas de Parnarama, Matões e Timon. Ele fará inspeção nas duas primeiras e se reunirá com juízes em Timon.

■ Processo contra Bia

O desembargador José Luis Almeida deve apresentar na próxima terça-feira (25) seu voto no processo em que o Ministério Público pede a cassação da prefeita de Paço do Lumiar, Bia Venâncio.

Neste processo, o MPE acusa Bia de publicar, no Diário Oficial do Estado, projetos de lei sem apreciação e aprovação da Câmara dos Vereadores.

O processo foi retirado de pauta na última segunda-feira pelo relator José Luiz Almeida para análise de alegações apresentadas pela defesa e deverá ser devolvido na próxima sessão da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça.

Governo garante abertura de mais 358 vagas no sistema prisional do Maranhão

A Secretaria da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap) colhe os frutos dos avanços no sistema. Com os investimentos feitos pelo governo do Estado em prol da comunidade carcerária, o sistema prisional vem conseguindo humanizar as unidades do Maranhão.

A Penitenciária de Pedrinhas passa por reforma e após as obras finalizadas, a capacidade de vagas na unidade deverá aumentar significativamente. Ao todo serão 198 vagas, que permitirão não apenas mais espaços nas demais unidades, mas também melhorar a qualidade delas para os encarcerados.

No fim deste mês será inaugurado ainda o Centro de Custódia de Presos de Justiça de Imperatriz, que proporcionará a abertura de mais 160 vagas.

De acordo com o secretário Sérgio Tamer os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos visam dar continuidade à política de regionalização do sistema e atender as exigências da Lei de Execuções Penais (LEP). “Um espaço adequado para que os internos cumpram suas penas é fundamental. Queremos, por meio do cumprimento da LEP, humanizar o sistema carcerário do Maranhão”, explicou.

Inaugurações – Em junho, com a inauguração das unidades prisionais nos municípios de Bacabal, Davinópolis e Santa Inês, além do Monte Castelo (em São Luís), foram abertas 426 novas vagas no sistema, contribuindo para desafogar o Complexo Penitenciário de Pedrinhas.

A transferência dos internos para os municípios de origem, onde estes possam cumprir pena próximo aos familiares também faz parte da política de regionalização do sistema, colocados em prática com as inaugurações das novas unidades. Dados do Grupo Especial de Operações Penitenciárias (Geop/Sejap) revelam que foram transferidos 350 detentos de janeiro a julho deste ano. A Sejap pretende abrir até o final deste ano mais setecentas novas vagas.

O secretário Sérgio Tamer destacou ainda a capacitação dos servidores que dão suporte aos agentes penitenciários e o apoio do Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública do Estado e demais órgãos, que juntos vêm trabalhando para as melhorias do sistema. “Queremos chegar à meta estabelecida pelo governo do Estado de regionalizar o sistema”, concluiu o secretário.

J. ROBERTO



Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis, inaugurada em junho deste ano

Carutapera**EDITAL DE PRAÇA**

O DOUTOR PAULO VITAL SOUTO MONTENEGRO - MM JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE CARUTAPERA-MA., ESTADO DO MARANHÃO NA FORMA DA LEI, ETC...

FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem que nos dias 23 de outubro e 08 de novembro de 2012, sempre às 09:30 horas, no átrio do Fórum Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, localizado na Rua Firmino Pantoja, nº 113, nesta cidade e Comarca de Carutapera, Estado do Maranhão. HAVERÁ A REALIZAÇÃO DA 1ª E 2ª PRAÇA DE: UM TERRENO URBANO, LOCALIZADO NO PERÍMETRO SUBURBANO, NESTA CIDADE, COM AS SEGUINTESS CONFRONTAÇÕES: PELA FRENTE COM A TRAV. 1.º DE JANEIRO, MEDINDO 26,70 M; LADO DIREITO COM A CASA DE LUÍS CARLOS SILVA MOTA, MEDINDO 30 M, E FUNDOS COM QUEM DE DIREITO, MEDINDO 26,70 M, PERFAZENDO UM TOTAL DE 801,00 M2 DE ÁREA, avaliado no dia 10/10/2011 em R\$ 50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS). Penhorado nos autos de nº 90-20.2011.8.10.0082 - Ação de Execução Forçada, movida pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A contra Marizeth Nunes Sales e Antônio Edinaldo Idalino Sales em tramitação pela Comarca de Carutapera-MA. O Sr. Oficial de Justiça que servirá como porteiro dos auditórios, levará a público pregão de venda e leilão a quem maior lance oferecer, devendo ser superior à avaliação já mencionada acima, o leilão a ser realizado no edifício do Fórum. Conforme despacho do MM. Juiz de Direito a seguir transcrito: Designo hasta pública para o dia 23/10/2012, às 09:30 horas no Fórum local e havendo necessidade de segunda praça, fica de já designado o dia 08/11/2012, em idêntica hora e no mesmo local. Publique-se o competente edital. Intimem-se. Carutapera - MA., 04/07/2012. Paulo Vital Souto Montenegro - Juiz de Direito. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente edital que será afixado no Fórum local, na forma da lei. Por este mesmo edital ficam intimados os executados, caso não tenham sido intimados pessoalmente por mandado. DADO E PASSADO o presente Edital nesta cidade e Comarca de Carutapera, Estado do Maranhão, aos vinte dias do mês de agosto de dois mil e doze. Eu, _____(Wanja Carolina dos Santos Aragão), Secretária Judicial, o digitei e subscrevi.

PAULO VITAL SOUTO MONTENEGRO
Juiz de Direito

EDITAL DE PRAÇA

PROCESSO: 65-46,2009.8,10.0027

AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL

EXECUTADO: Valdeir Duarte dos Santos

EXEQUENTE: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A

ADVOGADO: Dr. José Edmilson Carvalho Filho(OAB/MA 4945)

O Doutor JOÃO PEREIRA NETO, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Comarca de Barra do Corda - MA, Estado do Maranhão, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER a tantos quantos o presente edital virem, ou dele tomarem conhecimento, que serão levados à praça os bens penhorados do devedor, na seguinte forma:

PRIMEIRA PRAÇA: Dia 10 de outubro de 2012, às 09:00h, por preço não inferior à avaliação;

SEGUNDA PRAÇA: Dia 25 de outubro de 2012, às 09:00h, para venda a quem mais der, não sendo aceito preço vil;

ADVERTÊNCIA: Não havendo expediente forense no dia determinado, fica automaticamente designado o próximo dia útil subsequente, na mesma hora e local;

LOCAL: Átrio do Edifício do Fórum Desembargador Augusto Galba Falcão Maranhão, situado na Av. Missionário Perrin Smith. nº. 349, Vila Canadá, Barra do Corda - MA;

BENS: Denominação - Fazenda Santa Maria II (Lote 68 da gleba 73 do PIC BC); Área: 72,6487 há; Localização - município de Barra do Corda - MA; Proprietário - Valdeir Duarte dos Santos: Título de Aquisição - Registrada sob o nº. 02, às fls. 167, matrícula nº. 17.990 do Livro 2-BU do Cartório do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Barra do Corda - MA. ÔNUS: nada consta.

DEPÓSITO: Os bens acima mencionados estão depositados em mãos do devedor, como fiel depositário;

AVALIAÇÃO: trinta e seis mil trezentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos (R\$ 36.324,25);

DÉBITO: R\$ 55.499,26 (cinquenta e cinco mil quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e seis centavos);

INTIMAÇÃO: "Ad-caulelam" fica o executado VALDEIR DUARTE DOS SANTOS, e o exequente, por seu advogado, Dr. JOSÉ EDMILSON CARVALHO FILHO (OAB/MA 4945) intimados da designação acima, na hipótese do primeiro não ser intimado pessoalmente pelo Oficial do Justiça. É para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e ninguém possa alegar ignorância, o MM. Juiz mandou expedir o presente edital. Dado e passado nesta cidade de Barra do Corda, Estado do Maranhão, aos trinta e um (31) dias do mês de agosto do ano de dois mil e doze (2012). Eu, Susanny Monteiro Soeiro, Técnica Judiciária, digitei e subscrevi.

Juiz JOÃO PEREIRA NETO
Titular da 2ª Vara desta Comarca

Instituições contra a violência

Estamos informados de que a Assembleia Legislativa do Estado do Maranhão provavelmente provocará, nos próximos dias, uma reunião que, além do Legislativo, envolverá o Poder Executivo, o Poder Judiciário, a Secretaria de Segurança Pública, a Delegacia Geral de Polícia, entre outras instituições públicas, para avaliar e encontrar soluções para o clima de violência nas eleições municipais do Estado, que, até onde pudemos constatar, chegou ao limite do suportável.

Preocupam os senhores parlamentares a virulência de atitudes antidemocráticas, ataques de coligações contra coligações, gente armada nas campanhas e até ameaças de morte. Pior é que, segundo essas informações, grupos políticos violentos estão tendo cobertura da polícia e até de delegados, o que aponta para um retrocesso digno do coronelismo que durante tantos anos vingou no Maranhão.

De alguns municípios, como Santa Luzia do Paruá e Alcântara, chegam notícias de arruaças, destruição de material de propaganda e de conivente omissão da força policial. Os deputados Domingos Dutra e Valéria Macedo pediram intervenção federal para o município de Estreito pelo fato de que oito homens armados de revólveres e com uma câmera de vídeo decidiram filmar, ostensivamente, os participantes de uma caminhada contrária ao candidato que defendem. Chegaram, inclusive, a agredir mulheres e quatro delas registraram queixa na polícia.

No último dia 10, o deputado Carlos Alberto Milhomen registrou na tribuna seu temor de que, se providências urgentes não forem tomadas, crimes eleitorais e até mortes possam ocorrer em algumas regiões. De Chapadinha, Alto Alegre do Pindaré e Olinda Nova chegam notícias de agressões físicas. Em Barra do Corda, Colinas, Benedito Leite e Arame a tensão provocada pela disputa entre os adversários também atingiu um ponto limite. E os municípios citados não são as únicas áreas de tensão identificadas pelos políticos e pela polícia até agora.

Todo mundo sabe que o contingente policial do Maranhão é insuficiente para proteger a população em qualquer época e circunstância e essa é uma situação que tende a se agravar no período eleitoral. A denúncia de que policiais estariam agindo em favor ou desfavor deste ou daquele grupo político deve manter alerta as autoridades. Seria um caso raro em que a força pública do Estado em vez de conter estaria contribuindo para a explosão da violência.

O Jornal Pequeno por diversas vezes alertou para a necessidade de um mais efetivo patrulhamento nessas áreas. O governo do Estado e a Secretaria de Segurança não podem ser surpreendidos por atos extremos. Se o contingente policial do estado é insuficiente, que se convoquem forças federais para os territórios em conflito bem antes do pleito. A população não pode ficar sujeita à violência das disputas eleitorais entre grupos que nenhum respeito têm pelo cidadão e, menos ainda, pelo eleitor.